

Patrícios e plebeus: uma pesquisa em história por E. P. Thompson

Katya Mitsuko Zuquim Braghini*

Resumo

Este trabalho tem como objetivo fazer uma breve análise dos procedimentos (formas a que está subordinado o cumprimento dos atos e trâmites do processo investigativo) empregados por E. P. Thompson no manuseio de fontes para um estudo de história, a fim de discutir o significado da expressão “construir um objeto de pesquisa”. A iniciativa deste trabalho é discutir as “manhas e artimanhas” do ofício do historiador. Para isso, este trabalho fará a decomposição dos procedimentos metodológicos do artigo “Patrícios e plebeus”, que está publicado no livro *Costumes em comum*, de modo que sejam demonstradas as etapas que o historiador inglês rigorosamente cumpriu até constituir uma “verdade em história”.

Palavras-chave: E. P. Thompson. Pesquisa em história. Metodologia.

Este artigo tem como objetivo fazer uma breve análise dos procedimentos (formas a que está subordinado o cumprimento dos atos e trâmites do processo investigativo) empregados por E. P. Thompson no manuseio de fontes para um estudo de história, a fim de discutir o significado da expressão “construir um objeto de pesquisa”.

Faria Filho, historiador da educação, enalteceu os escritos do historiador inglês supracitado, quando os considerou um “aprendizado de um modo de fazer história” e de um “modo de entender a história que se faz” (2005, p. 241). Ao descrever a sua própria trajetória no ofício de historiador da educação, este autor admite que as

* Doutoranda em História da Educação. Mestra em História pela PUC/SP. Graduada em História pela USP. E-mail: katya.braghini@yahoo.com.br

leituras dos textos de Thompson possibilitaram duas coisas: a ele, compreender as “manhas e artimanhas” do ofício, e à história da educação, novos suportes teóricos para a pesquisa. Portanto, para Faria Filho, a idéia de “autoformação” de classe, a constituição dos sujeitos pela “experiência” e os procedimentos usados por Thompson para o estudo das leis passam a ser elementos bastante pertinentes para a compreensão do processo de escolarização e para os estudos sobre culturas escolares (p. 245).

A iniciativa deste artigo é mais modesta: discutir as “manhas e artimanhas” do ofício do historiador é o objetivo deste estudo. Aqui será feita a decomposição dos procedimentos metodológicos do artigo “Patrícios e plebeus”, que faz parte do livro *Costumes em comum*, de modo que sejam demonstradas as etapas que o historiador inglês rigorosamente cumpriu até constituir uma “verdade em história”.

Como os pobres lidam com a imposição da parte hegemônica da cultura? Para responder a essa pergunta de fundo em seu livro *Costumes em comum*, Thompson trabalha, em primeiro lugar, com a idéia de que a cultura deve ser entendida como um palco onde acontecem as relações sociais. Dessa forma, o historiador inglês descarta a idéia de cultura “vista por cima” e também a possibilidade de se

conceber a cultura como um mero “reflexo” das relações do campo econômico. Neste livro, o autor captura o momento em que o “costume”, entendido como um direito reclamado pelo uso das tradições, direito consuetudinário, seria substituído pelo poder impositivo de uma cultura hegemônica, uma cultura escrita, representada principalmente pela lei, momento em que o “direito civil” tornar-se-ia “direitos das coisas” (p. 113).

Ao contrário do que alguns historiadores afirmam, Thompson apresenta uma tese de que os costumes ainda não haviam sido banidos da Inglaterra no século XVIII. Para ele, o que acontecia naquele momento histórico era uma espécie de polissemia de entendimento sobre o que seriam considerados “costumes em comum”. O significado de “costumes” não era o mesmo entre os membros da classe dominante e os pobres.

Segundo o autor, “senhores” e “pobres” estavam em lados opostos neste campo de tensões; portanto, os costumes são por ele explicados dentro deste território, onde as categorias sociais estão em conflito. Segundo Thompson, não existiria uma força “externa” proveniente do lado hegemônico da cultura que manteria o equilíbrio das tensões; ao contrário, admite a hipótese de que o campo da cultura é um dos últimos espaços de luta e que, portan-

to, mesmo que o campo hegemônico da cultura tenha à sua disposição os recursos materiais e mentais para impor a transmissão dos seus valores, há de se considerar que a parte dominada não é tão passiva assim, pois se manifesta mesmo de que forma sub-reptícia, criando, dessa forma, um ambiente de negociações entre pobres e ricos. Para o autor, a representação dos pobres na multidão era de caos acomodado. Seria um equilíbrio mantido dentro de um ambiente de desordem consentida.

Ao afirmar a permanência do uso dos costumes, Thompson rompe com uma tradição historiográfica que já dava os costumes como mortos no século XVIII. Para o autor, enquanto havia o processo de constituição do capitalismo, acontecia, simultaneamente, uma conduta baseada nos costumes. Portanto, o período tem por características o choque entre circunstâncias diferentes. Mesmo que o autor não afirme isso diretamente, para ele, o decreto da morte dos “costumes” pelos historiadores, em parte, aconteceu por conta de escolhas equivocadas de pesquisa, e um desses erros diz respeito à consideração do aporte teórico marxista como base primordial da interpretação da história.

Portanto, o autor desconsidera a idéia de os pobres já haverem adquirido uma “consciência de classe”. Segundo ele, era necessário ir além da “visão de que os trabalhadores, nessa época,

estavam confinados às lealdades fraternais é à consciência vertical dos ofícios específicos” e de que “isso inibia as solidariedades mais amplas e a consciência de classe horizontal” (1998, p. 57). Para ele, a solidariedade do ofício podia ser mais ampla, mas é falso pensar que tal solidariedade favoreceria as mobilizações de “classe” que questionassem a ordem social (p. 61).

O autor também rejeita a noção *althusseriana* de que a “verdade histórica” só pode ser encontrada dentro da teoria, ou seja, dentro de um universo conceitual, sem a fundamentação de um universo material ulterior, e que aquele impõe uma idealidade aos fenômenos de existência material e social. Portanto, conceitos marxistas não podem ser colocados como ciência explicativa do real. Ele próprio, um “marxista”, considera o modelo apresentado por Marx uma chave de proposição de pesquisa, mas não é a ciência da história.

Desse modo, Thompson busca no rigor teórico do método histórico e nas evidências inscritas nas fontes o teor da realidade que dá substância para escrever a narrativa histórica, isto é, rejeita o uso de categorias anacrônicas, tais como “operariado nascente”, “operariado imaturo”, “pré-capitalismo”, classe “proto-revolucionária”, para explicar a realidade de um período.

Segundo o autor, os conceitos são dados de acordo com as evidências que

vêm à luz durante o processo de investigação; os conceitos são retirados da produção material, real. Por isso, ele consegue ter a certificação de que era possível “perceber o delineamento das subseqüentes formações de classe, bem como da consciência de classe”, mas também “os fragmentos residuais das antigas estruturas”, pois a documentação acionada assim demonstrou (p. 21).

Talvez por isso, Thompson demonstre o mais profundo discernimento quanto à escolha, ao uso e ao manuseio das fontes para um estudo. Com certa ironia, critica o gosto dos historiadores ingleses pelo estudo da *gentry*. Para ele há o fascínio pela visão de cima, pois as evidências das fontes convergem para “as salas de jantar”, “canis”, “escritórios” (p. 30). No livro *Costumes em comum*, a maioria das fontes usadas para os estudos do século XVIII é produção advinda da própria *gentry*. Para Thompson, essas fontes consubstanciam a hegemonia cultura desta classe. Por isso, supõe-se que uma parte dos historiadores seja levada pelos discursos e conteúdos criados no momento de sua produção, o que acaba por revelar, evidentemente, a autopercepção que uma classe tem de si mesma e que, de certa forma, exerce um sensato fascínio.

O autor parte da análise das leis, da imprensa e da tradição *country*, no exato momento em que imperava um

capitalismo predatório agrário e comercial. É comum que as fontes históricas produzidas pela *gentry* releguem aos “outros”, os pobres, a alcunha de insubordinados, irracionais, incultos, elementos específicos de ambientes de crises e desestabilidades. Entretanto, para o autor, os embates bipolarizados entre culturas da *gentry versus* cultura popular, racionais e irracionais são infrutíferos. Ao desnaturalizar as relações sociais, o historiador dá o primeiro passo para retirar o “véu da noite”, a máscara que encobre a ideologia residente nos documentos.

É dessa forma que o autor demonstra a forma mais coerente de uso de um conceito marxista para o entendimento das fontes. Um historiador deve estar sempre atento ao fato de que as fontes, normalmente, estão cobertas pelo juízo de a característica de ser uma “coisa” se torna típica da realidade objetiva, estando reificada, ou seja, oculta-se a ligação dos sujeitos para com a produção das coisas, de modo que apareça o processo (e seus produtos) como indiferente, independente ou superior aos homens, seus criadores.

No artigo “Patrícios e plebeus” há a modelação para ratificar essas premissas. O objetivo do artigo é analisar a relação entre os trabalhadores pobres e a *gentry*. O autor afirma que o seu interesse é o estudo do “pólo de relação mútua” e que, ao contrário de um certo grupo de historiadores, o que

ele propõe é demonstrar um panorama “menos tranqüilizador” sobre o século XVIII. Para ele, esses historiadores tendem a caracterizar a fidalguia por meio de honra e pela dignidade, mas acabam se esquecendo de que os pobres estão excluídos das paisagens rurais.

Para ele, entre a *gentry* e os trabalhadores pobres havia uma batalha. Sem atribuir identidade a uma classe, mas usando a terminologia de “classe”, o autor demonstra que tal batalha não era uma guerra “encarniçada” e “inflexível” entre “antagonistas sociais irreconciliáveis”, mas um combate com possíveis ajustes, com “reconciliações”. Para ele a “dialética correspondente da cultura” era um equilíbrio “paternalismo-deferência” (p. 64-67). Como este historiador chegou a essa conclusão se as fontes, segundo ele mesmo, à primeira lida, só ofereciam palavras de escárnio para com povo, “bestas horizontais” afastadas da *gentry* inclusive geograficamente?

Para Thompson, “estabelecido o estereótipo, é demasiado fácil interpretar a evidência por um clichê” (p. 54): a *gentry*, atribui aos pobres uma identidade diferente daquela que atribui a eles próprios. O vocabulário é bipolarizado na boca dos próprios atores sociais, portanto “o modelo de ordem política e social era por si mesmo uma força ideológica”. Thompson opta por estudar o estereótipo, sendo esse o objeto de pesquisa: “estudo do cabo de guerra dialético da ideologia” (p. 84).

O autor, de início, apresenta todos os elementos que o levaram à pesquisa e faz uma análise do termo “paternalismo”, termo operacional utilizado por ele para explicar a relação entre *gentry* e pobres. Segundo o autor, “paternalismo” demonstra uma ordem sociológica “auto-reguladora”. Pensado como “concentração da autoridade econômica e cultural”, este serve a tudo para explicar aspectos sociológicos da casa grande do Brasil colonial, até as relações entre patrícios e plebeus em Roma antiga. Segundo ele, é um termo descritivo fraco, que “confunde real com ideal”, além de ser um termo generalizante, tal como os termos “autoritário”, “democrático”, “igualitário”, etc. (p. 29-32).

Thompson adverte que um “historiador sensato” necessita buscar adições substanciais no momento de usar termos generalizantes como paternalismo, porque não possuem força teórica suficiente para explicar o funcionamento de toda uma sociedade. Impossível utilizá-los para explicar todo o sistema de relações sociais (p. 82).

Segundo ele, o termo paternalismo “pode ser um componente ideológico profundamente importante não só da ideologia, mas da real mediação institucional das relações sociais” (p. 82). Termos generalizantes podem ser importantes, principalmente quando são explicados a partir de uma

situação histórica. Essa é a primeira lição que Thompson dá aos historiadores. Partindo dessa premissa, afunila o foco da sua pesquisa, indicando o local em que o termo paternalismo será usado, e pergunta: Qual era a situação da Inglaterra no século XVIII?

Para despertar o interesse “histórico e antropológico”, Thompson parte de um levantamento de dados que havia empreendido por meio da catalogação de memórias pessoais, documento de propriedade de terras, livros paroquiais, etc. Simultaneamente, demonstra todos os problemas e dificuldades que as fontes apresentavam para melhor depurá-las: procura, detecta e corrige elementos que possam desviar o foco escolhido para a pesquisa. Desse modo, podemos considerar que o lote de registros escolhidos por Thompson sobre “Patrícios e plebeus” foi uma amostra criada. A partir daí o autor afirma: dessa evidência fragmentária e enigmática, devemos extrair todas as percepções possíveis sobre normas e sensibilidades de uma cultura perdida, bem como sobre as crises internas aos pobres (p. 308).

É por meio dessa “amostra criada” que Thompson estabelece uma série de combinações para poder extrair o maior número de informações que pudessem resultar em dados para a construção de sua narrativa. Em vários momentos, ele se depara com as dificuldades próprias deste tipo de empreendimento:

as fontes não possibilitam a resposta a determinadas perguntas: a observação da fonte deve ser remanejada para que mais um lote de dados seja extraído delas, ou seja, está estabelecido que não se pode esperar nada das fontes, a não ser que haja controle severo e objetivado por parte do investigador. É um erro considerar que a história já está lá, contida, bastando pinçá-la.

Thompson registra algumas das dificuldades enfrentadas por ele no trato das fontes, as quais são de caráter ideológico e material. Em primeiro lugar, afirma que, ao longo de período estudado, as fontes armazenam a evidência de que não há paternalismo “genuíno” no século XVIII. O que observa em primeiro lugar é a absoluta preocupação com dinheiro por parte da *gentry*: “Tudo poderia ser traduzido em um equivalente em dinheiro”: casamento, votos, postos profissionais, incumbências no Exército, cadeiras no Parlamento, liberdades de direito, o Estado. “Neste século o dinheiro dá as cartas” (p. 34). Até mesmo o rei é comprável.

Adiane afirma que as informações associadas às práticas dos pobres eram profundamente lacunares. Por isso, não hesita em usar outro manancial para confirmação – homólogos e heterólogos – que lhe permita ratificar ou não a sua hipótese, qual seja, havia um regime predatório que apontava o fim do paternalismo no topo da socie-

dade, mas que conservava a sua coesão na camada inferior. Finalmente, o autor pergunta: haveria uma rede paternalista da *gentry* nos seus condados?

Portanto, o autor disponibiliza um outro *corpus* documental para tal empreendimento. São eles: fontes literárias (poemas e baladas), tais como *O morro dos ventos uivantes* (Emily Brontë), *Viagens de Gulliver* (Jonathan Swift), *Fábula das abelhas* (Mandeville); até mesmo cita referência da pera dos *Três vinténs* (Kurt Weill e Bertold Brecht). Dessa forma, o autor vai preenchendo as arestas, seguindo a ética de buscar o conhecimento, mediante o uso de documentações.

Para conseguir um fluxo narrativo, o autor recompõe as duas fontes de forma que lhe permitam a elaboração de novas perguntas e, posteriormente, haja a perspectiva de outras tantas respostas. Assim, sucessivamente, mesclando teoria e empiria, Thompson consegue dar dinamismo à narrativa e formar um quadro panorâmico sobre o relacionamento entre os dois grupos sociais. Ele elabora perguntas que estão de acordo com as possibilidades de legitimação que as próprias fontes são capazes de suportar.

Para o seu trabalho, o autor alarga as possibilidades de difusão de informações da fonte, utilizando várias condições combinatórias. Todavia, o recurso mais amplamente utilizado é o da mais lúcida descrição daquilo que

ele vê e lê nas fontes – nem mais, nem menos. A ação de descrever, narrar, expor, contar minuciosamente é levada às últimas conseqüências. A minuciosa descrição daquilo que as fontes argumentavam, essa exposição circunstanciada, cria um horizonte circunjacente que, posteriormente, dará condições a uma análise mais aprofundada da realidade apreendida ou melhor dizendo, como o paternalismo se insere no ambiente de negociações praticadas entre ricos e pobres?

O resultado dessas descrições aponta para as seguintes perspectivas:

- a) nas fontes havia a queixa generalizada de que os trabalhadores estavam insolentes, eram indisciplinados; os criados tinham o comportamento intolerável. Portanto havia a idéia de uma espécie de paternalismo retroativo, uma nostalgia de que o paternalismo estava “desmoronando diante da individualidade do jovem capitalismo” (p. 29);
- b) o controle paternalista estava acabando. Thompson não afirma isso tomando como base a reclamação dos senhores insatisfeitos, a agitação dos trabalhadores: mobilidade de mão-de-obra é manifesta, há um grande vigor nas feiras de contratação, proclamações dos

direitos dos trabalhadores rurais, desenvolvimento “de uma recém-adquirida psicologia do trabalho livre” (p. 41);

- c) embora em partes “gritantemente desiguais”, a subordinação está se tornando “artigo de negociação”. Para Thompson essa foi uma fase de “transição” neste sentido. O trabalhador está situado entre um “modo de vida mais livre do que tinha até então” e as “primeiras décadas de disciplina da fábrica e do relógio” (p. 42);
- d) isso favorecia o controle social paternalista, “porque pareciam ao mesmo tempo relações econômicas e relações sociais, relações entre pessoas, e não pagamento por serviços e coisas”. Desse modo, a “racionalização econômica” estava mordiscando os laços do paternalismo (p. 43).

Como conclusão, o autor afirma que uma parcela da multidão, que era multiforme e estava longe de ser passiva, estava se tornando “independente dessa relação de clientela”; por isso, as alcunhas dadas pela *gentry* vão se alterando ao longo do tempo: “ociosos”, “desordeiros”, “rebeldes sociais”. Segundo o autor, os antigos meios de disciplina social estavam morrendo e o “velho paternalismo entra em crise”.

Thompson afirma que, de fato, há um afastamento entre a *gentry*, de norma culta, de gestos nobres, privada, e os pobres, que aparentemente pareciam estar adormecidos, mas tinham uma cultura robusta: teatros populares, festivais, rituais, superstições, ofícios, etc. (p. 62).

A teoria é retirada da análise das fontes. Thompson afirma que havia uma hegemonia cultural por parte da *gentry*, a qual era a “unidade de controle dominante” e “secundariamente havia controle econômico, físico, ou militar” (p. 46). Ele deixa claro que não há como “suplantar o domínio da *gentry*”, mas o caminho escolhido foi estudar o que essa hegemonia não alcança. Portanto, segundo o autor, havia embate entre um “teatro”, a bela dignidade da *gentry* e o “contrateatro”, uma zombaria picaresca com “sensibilidade irritável de uma multidão libertária”, que se relacionavam, definindo, assim, “no mais amplo sentido os limites do que era politicamente possível” (p. 69).

Dada a conclusão, o autor continua a sua análise, ampliando a perspectiva e a dimensão do ambiente histórico, pois, não basta apenas concluir a análise dos dados coletados. É necessário dar significado ao mundo construído, construí-lo como “fato”, pois este é o resultado de uma significação elaborada pelo historiador e deve estar imerso numa rede ampliada de significações.

Segundo ele, certas condições históricas favoreceram as evidências de atos criativos por parte dos trabalhadores. O que acontecia era uma “briga por autoridade simbólica, não como um modo de representar brigas ‘reais inconfessas’, mas briga pela ‘aparência’”. A multidão tinha ação num terreno de forças em que se cruzam a “ideologia, a cultura e o poder” (p. 84). Ela tinha ampla facilidade de se mobilizar em turba, por exemplo, mas o anonimato da multidão era o limite entre o que era possível fazer. portanto, Thompson afirma que havia uma “multidão disciplinada” (p. 67). O autor conclui que elementos de tradição oral eram comuns e essenciais para a transmissão dos ritos populares e que o dialeto do povo codificava as novas informações, a ponto de que é possível encontrar uma solução para burlar a lei, vista pelos pobres muito mais como “valentão” do que “bastião” (p. 30).

Em “Miséria da teoria”, o próprio Thompson formula as etapas que devem ser cumpridas por um historiador a fim de que este dê uma lógica ao que, de início, apresenta-se como caos. E com o artigo “Patrícios e plebeus” esses procedimentos estão imbricados em meio à narrativa; logo, o artigo pode ser visto como conhecimento prático do ofício do historiador.

Thompson explica os termos operacionais que utiliza; tem total controle dos conceitos que usa para dar força

à sua teoria. O autor não se deixa levar por percepções presentistas do passado, ou cria categorias *a priori* para explicá-lo. Por isso, tem o cuidado de explicar os alcances de suportes teóricos, tais como a terminologia do conflito de classe (Marx) e hegemonia (Gramsci).

O autor cumpre a etapa de seleção e avaliação do documento (produto de um campo de relações específico); busca o dado bruto, faz uma limpeza no conteúdo ideológico dos documentos, ou antes, vê a ideologia como o sintoma mais determinante de uma evidência: há algo escondido. Mesmo que este documento seja um dispositivo criado e administrado para calar ou estereotipar o “outro”, o historiador subverte as indicações evidentes para ver o não-manifesto, o que está mudo.

Com este estudo, Thompson não quer transformar a visão que o leitor tem do mundo, pois fala sobre a ação dos pobres nas pequenas comunidades inglesas. Dessa forma, o historiador inglês atesta a idéia de Veyne quando este afirma que o “passado é feito de pequenas particularidades insignificantes que, ao se multiplicarem, acabam por captar um quadro bem inesperado” (1986, p. 14).

Thompson demonstra claramente que a história possui uma lógica muito característica, cujo constitutivo não permite compará-la com nenhuma outra ciência. Nas ciências biológicas, físicas, naturais, os trabalhos tendem

à construção de modelos ideais, inventados, purificados; neles as hipóteses podem ser levadas à indução inúmeras vezes até que se encontre um resultado afirmativo, de forma que uma sucessão de hipóteses é descartada até que se encontre uma regra geral que explique um determinado fenômeno. Um caso busca um resultado que é sintetizado em uma regra, uma lei geral.

Em história isso é impossível, pois não há como buscar uma lei geral que explique uma singularidade; não há como testar hipóteses retiradas de documentos de forma laboratorial. Em primeiro lugar, um estudo histórico não parte do nada absoluto, é um conhecimento retroativo sempre: parte das fontes para a idéia; as perguntas são feitas do presente para o passado. O procedimento fino do trabalho em história se detém na idéia de que há um “mistério” que porta uma generalidade e, para desvendá-lo, o historiador, de acordo com Certeau (1979, p. 29), “artificializa a natureza” dos resíduos de uma época morta; ele refaz uma outra coisa, que já não é o passado mesmo.

Dar inteligibilidade ao passado, à desordem dos documentos, criar uma série analítica que resulte numa narrativa histórica, exige, de certa forma, uma espécie de criatividade aprisionada, pois, ao contrário da narrativa artística de ficção, a narrativa histórica não permite relativismos, não é um

“surto criativo”; ela depende de uma relação mental, simultânea, entre sujeito investigador e objeto investigado, e as propriedades reais do objeto nem sempre permitem “liberdade de expressão”.

Pontuar os limites entre a liberdade criativa e as regras da lógica histórica é um dos ensinamentos deste historiador; o “aprendizado de um modo de fazer história”, o “modo de entender a história que se faz”, como bem disse o *insight* de um outro historiador.

Abstract

The objective of study is to carry out a brief analysis of the procedures (forms to which the fulfillment of the acts and course of action of the investigative process is subordinated) used by E. P. Thompson in the management of sources for a history study, in order to discuss the meaning of the expression “build a research object”. The aim of this study is to discuss the “tricks of the trade” of historians. To that end, this study will decompose the methodological procedures of the article “Patricians and Pleb”, published in the book “Customs in Common”, in order to demonstrate the stages that the English historian rigorously followed until he built a “truth in history”.

Key words: E. P. Thompson. Research in history. Methodology.

Referências

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. p. 17-48.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Fazer história da educação com E. P. Thompson: trajetórias de um aprendizado. _____. (Org.). *Pensadores sociais e história da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 239-256.

THOMPSON, E. P. A venda de esposas. In: _____. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 305-354.

_____. *A miséria da filosofia ou um planetário de erros* – uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história* – Foucault revoluciona a história. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.